sendo autorizada a alteração da epígrafe do n.º 3) do artigo 22.º do actual orçamento do Ministério das Finanças, que passa a ser assim redigida:

Aquisição de insígnias dos diversos graus das ordens portuguesas, nos termos do artigo 38.º e § 3.º do artigo 7.º e concedidas nos do artigo 39.º do regulamento das mesmas ordens, de 11 de Agosto de 1927, que o Presidente da República ofereça aos agraciados.

e devendo ainda as verbas do artigo 115.º, capítulo 11.º, do orçamento vigente do Ministério das Obras Públicas obedecer à seguinte ordenação:

- N.º 1) Subsídios para melhoramentos rurais.
N.º 2) Cilindros compressores.

Estas correcções orçamentais foram registadas na Direcção-Geral da Contabilidade Pública, nos termos do § único do artigo 36.º e nos da parte final do artigo 37.º do Decreto n.º 18:381, de 24 de Maio de 1930, e a minuta do presente decreto foi examinada e visada pelo Tribunal de Contas, como preceitua o aludido § único do artigo 36.º do Decreto n.º 18:381.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 7 de Agosto de 1951.—ANTÓNIO DE OLIVEIRA SALAZAR—*João Pinto da Costa Leite—Fernando dos Santos Costa—Joaquim Trigo de Negreiros—Manuel Gonçalves Cavaleiro de Ferreira—Artur Águedo de Oliveira—Adolfo do Amaral Abranches Pinto—Américo Deus Rodrigues Thomaz—Paulo Arsénio Viríssimo Cunha—José Frederico do Casal Ribeiro Ulrich—Manuel Maria Sarmiento Rodrigues—Fernando Andrade Pires de Lima—Ulisses Cruz de Aguiar Cortês—Manuel Gomes de Araújo—José Soares da Fonseca.*

Direcção-Geral das Alfândegas

Decreto n.º 38:375

Considerando o que foi exposto pelo Ministério da Economia;

-Ouvido o Conselho Superior Aduaneiro;

Tendo em vista o disposto no § único do artigo 3.º e no n.º 6.º do artigo 4.º da Reforma Aduaneira aprovada pelo Decreto-Lei n.º 31:665, de 22 de Novembro de 1941;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, nos termos do § 2.º do seu artigo 80.º, o seguinte:

Artigo 1.º Fica autorizado o Ministro das Finanças a mandar aplicar aos sacos de papel, com ou sem dizeres, destinados a servir de taras ao cimento e cal hidráulica fabricados no País, importados até 31 de Dezembro de 1951, a taxa do artigo 936-C da pauta mínima de importação, mediante parecer favorável do Ministério da Economia.

Art. 2.º Consideram-se em descaminho de direitos os sacos de papel importados ao abrigo do artigo anterior quando desviados do destino que lhes permite beneficiar do regime especial estabelecido por este diploma.

Art. 3.º Este decreto entra imediatamente em vigor.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 7 de Agosto de 1951.—ANTÓNIO DE OLIVEIRA SALAZAR—*Artur Águedo de Oliveira.*

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO

Repartição do Gabinete

Decreto n.º 38:376

O Conselho do Estado-Maior do Exército e a Comissão Técnica do Serviço do Estado-Maior foram criados pelo Decreto de 25 de Maio de 1911 (Organização do exército metropolitano), tendo-lhes sido fixadas pelo mesmo diploma importantes atribuições. Assim, o Conselho do Estado-Maior do Exército, presidido pelo major-general do Exército, funcionava como organismo informador do Ministro da Guerra sobre todos os assuntos respeitantes à preparação para a guerra ou à ins-

trução do Exército e a Comissão Técnica do Serviço do Estado-Maior era o organismo de que dispunha o chefe do Estado-Maior do Exército para estudar e propor as medidas destinadas a melhorar o serviço do estado-maior e também para providenciar sobre o aperfeiçoamento da instrução dos oficiais do mesmo serviço, ou avaliar da sua aptidão.

A organização de 1926 manteve aqueles organismos, não lhes alterou a constituição e pouco lhes modificou as atribuições, mas a organização de 1929 foi omissa a seu respeito e algumas das importantes funções que lhes competiam não foram atribuídas a outros organismos.

Esta lacuna remediou-se com sucessivos despachos ministeriais no sentido de prolongarem a existência dos organismos que mantiveram a seu cargo as referidas atribuições.

A publicação do Decreto-Lei n.º 37:909, de 1 de Agosto de 1950, extinguindo o cargo de major-general do Exército, reduziu a dois membros o Conselho do Estado-Maior do Exército. Torna-se, por isso, necessário recompor a constituição desse Conselho e aproveitar-se a ocasião para restabelecer a plena legalidade da existência dos dois organismos em causa.

Assim:

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, nos termos do § 2.º do seu artigo 80.º, o seguinte:

Artigo 1.º Junto da 3.ª Direcção-Geral do Ministério do Exército (Estado-Maior do Exército), além dos organismos citados no artigo 41.º do Decreto n.º 16:407, de 19 de Janeiro de 1929, funcionam o Conselho de Estado-Maior do Exército e a Comissão Técnica do Serviço do Estado-Maior.

Art. 2.º São atribuições do Conselho do Estado Maior do Exército:

a) Prestar as informações sobre oficiais do corpo do estado-maior para efeitos de promoção aos postos de coronel e tenente-coronel;

b) Elaborar a proposta a que se refere a alínea h) do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 28:402, de 31 de Dezembro de 1937, alterado pelo Decreto-Lei n.º 32:692, de 20 de Fevereiro de 1943;

c) Estudar os assuntos determinados pelo chefe do Estado-Maior do Exército, para apreciação do Ministro do Exército.

Art. 3.º O Conselho do Estado-Maior do Exército terá a seguinte composição:

a) Presidente, o chefe do Estado-Maior do Exército;

b) Vogais:

O director do Instituto de Altos Estudos Militares;

O subchefe do Estado-Maior do Exército;

c) Secretário, sem voto, o chefe de repartição mais antigo em serviço no Estado-Maior do Exército.

§ único. Poderão tomar parte nas reuniões do Conselho ou serem ouvidos como peritos especializados quaisquer membros das forças armadas ou civis cuja comparência ou parecer se julgue conveniente, devendo ser requisitados por intermédio do Ministro do Exército aos organismos competentes aqueles que não pertencam ao Ministério do Exército.

Art. 4.º São atribuições da Comissão Técnica do Serviço do Estado-Maior:

a) Julgar da idoneidade, para o serviço do estado-maior, dos oficiais habilitados com os respectivos cursos e elaborar as propostas para ingresso no corpo do estado-maior;

b) Prestar as informações sobre oficiais do corpo do estado-maior para efeitos de promoção a major;

c) Elaborar as propostas relativas aos estágios dos oficiais do corpo do estado-maior nas escolas práticas das armas e dos serviços e apreciar os resultados destes estágios;

d) Propor medidas para aperfeiçoar a instrução dos oficiais do corpo do estado-maior, bem como os estágios ou serviços do estado-maior a realizar pelos oficiais com o respectivo curso não pertencentes ao corpo, de forma a manter convenientemente a sua preparação;

e) Estudar as alterações a introduzir na organização do Estado-Maior do Exército;

f) Rever e codificar regulamentos e instruções de particular interesse para o serviço do estado-maior;

g) Estudar os assuntos interessando simultaneamente a diversas repartições de secções autónomas do Estado-Maior do Exército;

h) Proceder aos trabalhos não compreendidos nas alíneas anteriores e determinados pelo chefe do Estado-Maior do Exército.

Art. 5.º A Comissão Técnica do Serviço do Estado-Maior terá a seguinte composição:

a) Presidente, o chefe do Estado-Maior do Exército;

b) Vice-presidente, o subchefe do Estado-Maior do Exército;

c) Vogais:

Os chefes das repartições e os coronéis do corpo do estado-maior prestando serviço no Estado-Maior do Exército;

O director do curso do estado-maior;

Os chefes de secção cujo funcionamento dependa directamente do chefe do Estado-Maior do Exército.

d) Secretário, sem voto, o chefe da 1.ª Secção da 2.ª Repartição do Estado-Maior do Exército.

§ 1.º O presidente poderá promover a convocação de quaisquer oficiais ou entidades civis, para serem ouvidos acerca dos trabalhos da Comissão.

§ 2.º O presidente usará do voto de qualidade em caso de empate na votação.

Art. 6.º Os serviços de secretaria, expediente, arquivo, etc., do Conselho do Estado-Maior do Exército e da Comissão Técnica do Serviço do Estado-Maior ficam a cargo da 1.ª Secção da 2.ª Repartição do Estado-Maior do Exército.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 7 de Agosto de 1951.— ANTÓNIO DE OLIVEIRA SALAZAR — *Fernando dos Santos Costa* — *Adolfo do Amaral Abranches Pinto*.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Direcção-Geral dos Negócios Económicos e Consulares

Decreto-Lei n.º 38:377

Usando da faculdade conferida pela 1.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, nos termos do § 2.º do seu artigo 80.º, para valer como lei, o seguinte:

Artigo único. É aprovada, para ser ratificada, a Convenção (n.º 75) sobre o alojamento da tripulação a bordo, concluída na 28.ª sessão da Conferência Internacional do Trabalho, que se reuniu em Seattle, em 6 de Junho de 1946, e cujos textos em francês e tradução portuguesa são os seguintes:

(Tradução)

Convenção (n.º 75) relativa ao alojamento da tripulação a bordo

A Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho:

Convocada para Seattle pelo Conselho de Administração da Repartição Internacional do Trabalho, e reunida em 6 de Junho de 1946, na sua 28.ª sessão;

Depois de ter decidido adoptar diversas propostas relativas ao alojamento da tripulação a bordo, questão que constitui o terceiro ponto da ordem do dia da sessão;

Depois de ter decidido que essas propostas tomariam a forma de convenção internacional:

Adopta, aos vinte e nove dias do mês de Junho de mil novecentos e quarenta e seis, a convenção seguinte, que será denominada Convenção sobre o alojamento das tripulações, 1946:

PARTE I

Disposições gerais

ARTIGO 1

1. A presente convenção aplica-se a todos os navios de mar de propulsão mecânica, de propriedade pública ou privada, destinados ao transporte de mercadorias ou passageiros, com fins comerciais, e matriculados em país onde a presente convenção esteja em vigor.

2. A legislação nacional definirá o que deve entender-se por navios de mar para os efeitos da presente convenção.

3. A presente convenção não se aplica:

a) Aos navios que desloquem menos de 500 toneladas;

b) Aos navios à vela, embora equipados com motores auxiliares;

c) Aos navios de pesca, incluindo os destinados à pesca da baleia e a operações análogas;

d) Aos rebocadores.

4. A presente convenção aplica-se, na medida em que seja razoável e possível:

a) Aos navios de 200 a 500 toneladas;

b) Ao alojamento de pessoas afectas ao trabalho normal de bordo em navios destinados à pesca da baleia e a operações análogas.

ARTIGO 2

Para os efeitos da presente convenção:

a) O termo «navio» significa qualquer embarcação a que a convenção se aplique;

b) O termo «toneladas» refere-se a tonelagem bruta;

c) A expressão «navio de passageiros» significa navio em relação ao qual seja válido um certificado de segu-